Neste âmbito, é de toda a justiça relevar o conjunto de atividades desenvolvidas, nomeadamente o Comando da Componente de Operações Especiais no Exercício do Exército “ORION 15”, no Exercício do Comando Operacional da Madeira “ZARCO 152” e Oficial de Segurança no Exercício “TRJE 15”. A realização do treino conjunto orientado para a Missão do *Sniper Training Team* (STT) e a colaboração na projeção e retração da STT e FAC TT, a realização de um Estágio sobre Informações no âmbito das Operações Especiais, para os militares a projetar para a *Resolute Support Mission*, a realização/participação no Curso de TEO, ministrado por elementos do SOCEUR.

Pelo seu extraordinário desempenho acima referido, bem como pelo conjunto de qualidades pessoais e profissionais reveladas, o brio profissional, o permanente exemplo que se constituiu para todos os que com ele tiveram o privilégio de privar, louvo o Coronel Moura Pinto, devendo os serviços por si prestados ser creditados como extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para o País.

26 de janeiro de 2016. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, general.

209556676

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 6355/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo o Inspetor Coordenador Superior Fernando António Parreiral Pinheiro da Silva, sob proposta da Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), para exercer as funções de oficial de ligação entre o SEF e o meu Gabinete, bem como as de assessoria especializada nas matérias compreendidas nas atribuições do mesmo serviço de segurança e, ainda, em todos os assuntos relativos aos domínios da segurança interna e da investigação criminal, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 4 e 5 do artigo 4.º e do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e dos artigos 1.º, 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro.

2 — O designado opta pelo estatuto remuneratório correspondente às funções que exercia à data da designação (Diretor de Fronteiras de Lisboa do SEF), nos termos do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo SEF, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo Decreto-Lei.

4 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 1 de maio de 2016.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

2 de maio de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

ANEXO

Nota Curricular

Fernando António Parreiral Pinheiro da Silva
D.N. 29.04.65.

Inspetor Coordenador Superior do SEF

1 — Formação académica:

Licenciatura em Direito (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa);

2 — Percurso Profissional:

Desde janeiro de 2013 — Diretor de Fronteiras de Lisboa;
Experiência Profissional anterior:

Coordenador do Gabinete Nacional SIRENE (Sistema de Segurança Interna);

Chefe do Departamento de Operações (SEF);

Assessor do Diretor Nacional (SEF);

Conselheiro Jurídico na Agência Europeia para a Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX), em Varsóvia;

Designação com as funções específicas de acompanhamento da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia de 2007, no Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação (SEF);

Inspetor Assistente do Responsável Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa (SEF);

Inspetor Responsável pelo Controlo de 2.ª Linha no Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa (SEF).

Inspetor de Turno do Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa (SEF).

3 — Formação relevante:

Curso de doutoramento em Relações Internacionais (Universidade Nova de Lisboa-FCSH);

Auditor de Defesa Nacional — Curso de Defesa Nacional, do Instituto de Defesa Nacional (trabalho de investigação final — “Resposta da UE à crise migratória na sequência da Primavera Árabe de 2011”);

Curso de Gestão Civil de Crises, do Instituto de Defesa Nacional;

Frequência dos cursos “UE: Perspetivas de evolução” e “Ação externa da UE” (Pós-graduação pelo Instituto Europeu e Faculdade de Direito de Lisboa);

“Proteção Internacional na UE” (INA, Programa Leonardo Da Vinci); “Convenção Europeia dos Direitos do Homem” (CEJ); “Financiamento de projetos através de fundos europeus” (ICMPD-Viena); “Política de imigração e asilo — desafios do programa de Haia” (ERA-European Academy of Law-Roma), entre outros.

4 — Participações de maior relevo:

Destaque para as relativas aos trabalhos da União Europeia, com a participação regular desde 2000 nos trabalhos do Conselho (Comité Estratégico Imigração Fronteiras e Asilo 2006-2007, Grupo Alto Nível 2006-2007, grupo Fronteiras 2015-2016, grupo Asilo 2007, grupo Avaliação Coletiva 2000-2001) e em comités Comissão Europeia. Participação ainda em diversos grupos de trabalho e conferências, destacando-se as organizadas no âmbito do ICMPD, no grupo Budapeste (e nos subgrupos do sudeste europeu e dos Balcãs), no Processo de RABAT, no EUOMED, na FRONTEx (Conselho de Administração e LEGNET), na EASO (Conselho de Administração), no EUROSUR, no C4 da NATO (Vice-presidência do Grupo de Tráfico de Seres Humanos), na CPLP, bem como em diversas iniciativas de âmbito académico (como formando, como formador e como conferencista).

5 — Outros dados:

Integra os quadros do SEF (carreira de investigação e fiscalização) desde 1990.

Membro do júri dos 3.º, 5.º e 6.º concursos externos de admissão de inspetores/inspetores adjuntos na Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF e formador nos cursos de admissão à Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF, no 3.º (Direito Administrativo), 4.º (Direito Penal e Processual Penal) e 5.º curso (Direito de Estrangeiros).

Louvores do Diretor Nacional do SEF em 1994 (ao coletivo do júri do 3.º Curso) e em 2006.

209557445

Despacho n.º 6356/2016

De acordo com o n.º 7 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, que aprovou a Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o cargo de diretor de Fronteiras de Lisboa é provido por despacho do membro do Governo responsável pela área da administração interna, sob proposta do diretor nacional do SEF.

O cargo de diretor de Fronteiras de Lisboa do SEF encontra-se vago, pelo que, atendendo à necessidade de garantir o normal funcionamento do Serviço, torna-se necessário proceder à nomeação do respetivo titular.

Assim, de acordo com a proposta formulada pela diretora nacional do SEF, e ao abrigo do disposto no artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, designo, em comissão de serviço, por um período de três anos, renovável por iguais períodos, no cargo de diretor de Fronteiras de Lisboa, cargo de direção intermédia do 1.º grau, o licenciado Luís Filipe Fonseca Quelhas, o qual preenche os requisitos legais e é detentor da aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo.

Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, o designado poderá optar pela remuneração de origem.

O presente despacho produz efeitos a 1 de maio de 2016.

2 de maio de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.